



Por Maria da Graça
Carvalho

27 Janeiro, 2022 • 00:01

PARTILHAR

Facebook

Twitter

WhatsApp

E-mail



Comentar

OPINIÃO

Como transformar o conhecimento em coesão e crescimento

O tema do débil crescimento económico de Portugal, e de como virar a página de uma realidade que nos acompanha há muitos anos, tem estado muito presente nas últimas semanas. E por motivos válidos: por mais imaginosas teorias que alguns insistam em defender, é um facto que estamos a perder terreno no conjunto dos países da União Europeia, é um facto que estamos a ser ultrapassados por várias economias, nomeadamente do Leste da Europa, e é um facto que a grande maioria dos portugueses continuam a sentir na pele um contexto de baixos salários e escassas oportunidades.

Num país em que é tão frequente ouvirmos comentários jocosos sobre a nossa suposta condição de "bons alunos" da Europa, não deixa de ser irónico que olhemos tão pouco para os outros Estados-membros, em particular para casos como a Irlanda, a Dinamarca, a Finlândia, a Suécia e a Bélgica, com o objetivo de percebermos como estes superaram as suas próprias condicionantes e se tornaram em economias dinâmicas e competitivas, com índices de prosperidade e crescimento que nos parecem quase sobrenaturais.

O que países como estes têm em comum, uns mais por via de políticas fiscais agressivas, outros graças a uma aposta sustentada no conhecimento, mas todos pela combinação de diferentes fatores, são ecossistemas favoráveis à inovação. E é precisamente isso que nos tem faltado.

Portugal tem vindo a fazer um enorme esforço, ao longo das últimas décadas, para recuperar do atraso que tinha ao nível das qualificações da população. E a verdade é que, embora este seja ainda um processo em curso, aproximámo-nos da média da UE a esse nível, registámos um salto significativo no número de doutorados, e formamos hoje especialistas de diferentes áreas



aproveitar essa bolsa de conhecimento.

Em 2020, descemos sete lugares no Ranking Europeu de Inovação, da Comissão Europeia. E essa quebra deveu-se muito a um conjunto de indicadores ligados ao setor privado, nomeadamente à indústria. Entre estes, o investimento em inovação por empregado e a exportação de serviços baseados em alta tecnologia, nos quais não chegamos sequer a 40% da média europeia.

Esta realidade é trágica, porque sem capacidade de inovação as nossas empresas terão muitas dificuldades em crescer. E sem oportunidades aliciantes no seu país de origem, muitos jovens, que constituem a tão citada geração mais qualificada de sempre, continuarão a emigrar.

Mas a principal questão a que importa responder é porque é que isto acontece? Deveremos apontar o dedo às nossas empresas? Ou teremos, pelo contrário, de perceber que há fatores gerais que impedem que se dê esse salto, e que reduzem a eficácia das medidas diretas que forem sendo tomadas, incluindo os incentivos à contratação destes recursos humanos?

A nossa carga fiscal sobre as empresas e as pessoas, a nossa burocracia, o funcionamento da nossa justiça, são barreiras à inovação. E enquanto não as removermos, estaremos sempre um ou vários passos atrás dos outros, desperdiçando recursos.

Por isso é que, nas suas propostas, o PSD inclui medidas para melhorar as condições de alunos, professores e investigadores, para valorizar carreiras e facilitar a absorção de doutorados pelas empresas, para reforçar a autonomia das instituições de ensino e os centros de investigação, para introduzir fatores de previsibilidade e maior justiça no financiamento, nomeadamente por via competitiva. Mas enquadra também todas essas medidas numa visão estratégica integrada, para nos tornarmos no país que queremos e merecemos ser.

Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD

PARTILHAR ESTE ARTIGO

Facebook

Twitter

WhatsApp

E-mail



COMENTÁRIOS
